

ABORDANDO A HANSENÍASE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENÁRIO DE UMA CADEIA PÚBLICA FEMININA

Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa(1)*; Fernando Vitor Alves Campos(1); Thaysa Maria Vieira Justino(1); Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira(2); Michelle Christini Araújo Vieira(3)

1 – Acadêmico do Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf.

2 - Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

3- Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

**E-mail: kamirely64@gmail.com*

Resumo: O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem durante as atividades desenvolvidas em um Projeto de Extensão Universitária intitulado “Saúde da mulher na prisão: uma proposta de promoção da saúde” que proporciona a educação em saúde, além de assitenciar as mulheres reclusas da Cadeia Pública Feminina de Petrolina/PE. O projeto de caráter intersetorial busca atender as demandas do contexto prisional, já que esse ambiente pode desencadear no reeducando uma carga de anseios, angústias e dúvidas, devido ao acesso prejudicado de informações aliado à proximidade com outras pessoas de procedência desconhecida, assim para as encarceradas qualquer patologia é sinônimo de preocupação e intimidação. Desse modo, diante da realidade endêmica da cidade de Petrolina/PE e do contato intenso e prolongando entre as mulheres, a promoção de atividades educativas de natureza lúdica e atrativa na cadeia sobre hanseníase permite a compreensão da dimensão da doença, da necessidade do diagnóstico precoce, das incapacidades provocadas pela hanseníase, além de contribuir para o despertar da tolerância e empatia com as pessoas com reações hanseníacas. Essas intervenções do projeto corroboram para a efetivação das diretrizes e os princípios do Sistema Único de Saúde ao buscar atender as principais necessidades existentes na cadeia, auxiliando na minimização dos problemas e garantindo melhores condições de qualidade de vida. As oficinas desempenhadas oportunizaram aos acadêmicos uma formação diferenciada na saúde, através dos momentos de acolhimento, de humanização e de desmitificação de estigmas sociais, incentivando a formação de profissionais críticos e direcionados para atenção integral do paciente.

Palavras-chave: Hanseníase, Prisões, Saúde da Mulher, Doenças Negligenciadas, Projetos em Saúde.

INTRODUÇÃO

O envolvimento crescente das pessoas nas práticas da violência e da criminalidade acarreta no aumento populacional de indivíduos em processo de ressocialização que passam a conviver com a precariedade do espaço físico e com a deficiência na oferta de serviços que atendam as necessidades

da cadeia, tal situação vai de encontro aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher que busca implementar ações de saúde a fim de assegurar os direitos das mulheres. (MOREIRA; SOUZA, 2014). No que se refere ao aumento da população carcerária e da realidade de cada estado, Pernambuco conta 22 unidades prisionais de médio e grande porte, 60 cadeias públicas ativas de pequeno porte, as quais são administradas por 03 gerências Regionais. Na verificação de dados, existem 29.217 homens encarcerados e 1.422 mulheres, totalizando 30.639 presos no estado, ocorrendo constantes flutuações na quantidade desses números justificado pela rotatividade da população carcerária (SERES, 2017).

Em conjunto com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Lei 8.080/1990 dispõe sobre a garantia do que está proposto na Constituição Federal Brasileira (1988), sendo a saúde vista como direito social e de abrangência universal o Sistema Único de Saúde (SUS) promove ações e serviços de saúde que objetivem a melhor qualidade de vida dos cidadãos (BRASIL, 1990). Além disso, a elaboração do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário permite o acesso das pessoas privadas de liberdade à saúde de maneira integral, com foco na prevenção, promoção e tratamento de doenças prioritárias e endêmicas na região (BRASIL, 2004).

A concepção social sobre a punição e a privação de liberdade dos apenados acerca dos direitos assegurados aos presidiários desvela o apoio da população à inaplicabilidade da cidadania quando se trata de encarcerados, no entanto a Lei de Execução Penal n.º 7.210 de 1984 assegura que os presos continuem sendo portadores de direitos, uma vez que a pena retira a liberdade, mas não a dignidade, corroborando para a assistência integral, isonômica e universal do detento (GOIS et al., 2011). A visão da sociedade que a punição é a solução para todos os erros de um indivíduo é ainda mais alarmante quando se refere ao público feminino, sendo as mulheres alvos não só do preconceito social por compactuar com a criminalidade, mas também vítima da violência e da marginalidade (HELPE, 2014).

Assim, devido ao patriarcalismo e as questões arraigadas na sociedade as mulheres se tornam ainda mais vulneráveis e excluídas das preocupações sociais, sendo submetidas à condições insalubres e hostil para sobrevivência, tal situação predispõe o público feminino à agravos (GOIS et al., 2011). Essa realidade é intensificada quando a mulher é negra, lésbica, com pouca instrução de estudo, da área rural e encarcerada, desvelando o preconceito e o desrespeito ainda vigente no meio social (MOREIRA; SOUZA, 2014). Uma relativa mudança referente à imagem das mulheres

criminosas foi percebida na segunda metade do século XX, na qual o empoderamento dos movimentos feministas ajudam a ressignificar a imagem feminina, atribuindo-lhe autonomia e atividade no cenário social. Essa visão contraria a percepção da mulher como submissa, dependente do homem e biologicamente incapaz de cometer crimes que foi assegurada até a primeira metade do século XX, na qual a mulher envolvida com a criminalidade era considerada um fugitiva da condição natural feminina (HELPEES, 2014).

Diante das precariedades as quais as mulheres são expostas, é possível notar que mesmo diante de tantos avanços na relação de gênero as presas continuam sendo excluídas e marginalizadas, elevando os índices de encarceramento e evidenciando o fenômeno da superlotação relacionado à insuficiência de investimentos públicos (MOREIRA; SOUZA, 2014).

Na realidade prisional, esse aumento crescente das mulheres envolvidas com o crime acarreta na relação intensa entre as reeducandas, permitindo a propagação de patologias com maior facilidade. A hanseníase é uma doença crônica, manifestada na Bíblia como “Lepra” e evidenciada no século XX com o crescimento industrial e o desenvolvimento da área urbana, despertando preocupação para o controle de endemias graves no Brasil (DUCATTI; SOUZA, 2017). A doença é transmitida através do contato próximo e prolongado com pessoas acometidas pela hanseníase que não realizam o tratamento, sendo o agente etiológico *Mycobacterium leprae* disseminado pelas gotículas de saliva e ao adentrar o organismo pode comprometer a pele, os nervos e até mesmo os órgãos (BRASIL, 2017). A evolução lenta e progressiva da hanseníase desperta para a necessidade de iniciar o tratamento precocemente, objetivando a eliminação da bactéria e a interrupção do ciclo de contaminação (ALVES; FERREIRA; FERREIRA, 2014).

A intensa proximidade entre as detentas enfatiza a importância da educação em saúde para esse público que além de viver em uma região com significativa incidência desse agravo, está mais suscetível devido o contato com outras pessoas que não se conhece a procedência. Diante disso, considerando as condições insalubres as quais as mulheres convivem diariamente e a escassez de ações em saúde, é possível justificar a endemicidade da hanseníase nesse ambiente devido a complexa rede de relações instaurada (MISTURA et al., 2015). Além desse fator de aproximação, outro agravante é expresso nos dados de acompanhamento da hanseníase no Brasil registrados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde que destacam Petrolina/PE como o segundo

maior número de casos de hanseníase confirmados, a cidade ocupa a segunda posição com 1631 casos diante de 184 municípios de Pernambuco (CARVALHO et al., 2017).

Convém lembrar, ainda, que a hanseníase juntamente com outras seis doenças é considerada como negligenciada por ser prevalente em condições de pobreza e representar entraves para o desenvolvimento do país por reafirmar a desigualdade existente no Brasil. Entre as doenças negligenciadas estão: hanseníase, dengue, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, malária e tuberculose, estas afetam cerca de um sexto da população global, segundo a Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2010).

Para promover a troca de saberes sobre a realidade hanseníase, a inserção precoce dos acadêmicos em atividades que desempenham um papel inovador de informar e conscientizar a população carcerária estimula a autonomia do estudante e colabora para o desvelamento da capacidade de transformação social, oferecendo conhecimento, melhorando os indicadores de saúde e proporcionando melhor qualidade de vida, o que possibilita a configuração do serviço de saúde como esperado pelo Sistema Único de Saúde (SOUZA et al., 2014).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada pelos acadêmicos em um projeto de extensão e revelar a realidade das mulheres acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário, uma vez que os estudos sobre a hanseníase no contexto prisional são escassos e não representam a dimensão da problemática em questão. O referido projeto de extensão possui caráter intersetorial por envolver a Unidade Básica de Saúde de referência da cadeia, a Universidade Federal do Vale do São Francisco e a Cadeia Pública Feminina de Petrolina, além disso conta com a participação de profissionais de saúde, docentes e graduandos em várias áreas da saúde, os quais, em conjunto, exercem importante influência no desenvolvimento de ações de saúde para ofertar o cuidado às mulheres reclusas.

METODOLOGIA

O estudo possui caráter descritivo, do tipo relato de experiência. As atividades educativas foram desenvolvidas por um grupo de acadêmicos de Enfermagem durante o projeto de extensão intitulado “Saúde da mulher na prisão: uma proposta de promoção da saúde” promovido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina - PE.

As ações aconteceram diante da organização do grupo sobre como abordar a temática da hanseníase de maneira objetiva, concisa e lúdica, além de esclarecer a doença a partir da noção das detentas sobre a hanseníase, considerando as experiências e a convivência delas com pessoas acometidas pela doença. O planejamento e a intervenção foram supervisionados pela docente coordenadora do projeto que também participou da atividade educativa e auxiliou no esclarecimento das dúvidas.

O cenário foi a Cadeia Pública Feminina de Petrolina, a qual recebe essa nomeação por se tratar de uma unidade prisional provisória. De acordo com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (2004), a cadeia abrigando 63 mulheres em processo de ressocialização a instituição não possui direito a Unidade de saúde no interior da cadeia, sendo essa prioridade revelada para unidades prisionais que possuam um contingente superior a 100 detentos, assim as detentas devem ser assistenciadas pela equipe multiprofissional de referência do bairro (BRASIL, 2004).

As estratégias utilizadas para abordagem da temática compreendem dinâmicas e discussões. Iniciando com uma dinâmica nomeada por “E se...?” que tinha como objetivo provocar a imaginação de situações em que elas se sentissem impossibilitadas de realizar atividades cotidianas por causa das limitações ocasionadas pelo avanço da doença e as consequências de não tratá-la. Após o término da dinâmica iniciou-se uma discussão acerca do conceito, causa, sinais e sintomas, transmissão e tratamento da hanseníase, através da utilização de uma linguagem simplista e de apresentações de lâminas em retroprojeto para facilitar o entendimento.

A ação do projeto sobre hanseníase na cadeia ocorreu em abril de 2018, sendo as atividades desenvolvidas durante as manhãs de sábado. Houve a interação entre as mulheres reclusas com os extensionistas das diversas áreas da saúde, estando presente discentes de psicologia, enfermagem e medicina juntamente com a docente do colegiado de enfermagem da Univasf, permitindo que a discussão sobre a realidade vivenciada pelas detentas associado ao conhecimento e relatos acerca da hanseníase contasse com a ótica de uma equipe multiprofissional.

Ressalta-se que antes de iniciar as práticas educativas e assistenciais foi realizada uma visita à cadeia a fim de conhecer o espaço, as necessidades das mulheres e o local que seria ocupado para o desenvolvimento das atividades. Diante da demanda de mulheres que estariam presentes nos sábados de intervenção foi analisado o ambiente que permitisse o conforto das detentas, bem como

tornasse o momento prazeroso e apreciável, assim a escolha se deu pela sala de aula com disponibilidade para projeção, climatizada e com maior disponibilidade de espaço.

Durantes as intervenções do projeto de extensão, é natural a detecção de manchas que podem ser indícios da presença da bactéria *Mycobacterium leprae* e aparecimento de relatos de detentas que conviveram muito tempo com pessoas acometidas pela hanseníase. Nestes casos, são analisados o corpo das reeducandas para verificar a presença de manchas com sensibilidade diminuída e posteriormente, dependendo do resultado da avaliação, a mulher é encaminhada para a Unidade Básica de Saúde que é referência da cadeia para efetuar outros testes de confirmação e o tratamento, tal articulação ratifica a importância da associação entre os órgãos que constituem o projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de atividades intramuros que auxiliem na promoção de saúde e prevenção de doenças no meio, revela a importância de oficinas educativas para esse grupo de risco. Essa estratégia de promoção de saúde possibilita o esclarecimento do grupo de detentas acerca da hanseníase e permite aos extensionistas o conhecimento ampliado sobre a rede de assistência de saúde dentro das unidades prisionais, sendo possível perceber os avanços e os desafios encontrados para a efetivação da cidadania da encarcerada (MISTURA et al., 2015).

Ressalta-se que a preocupação dos membros do projeto em desenvolver oficinas sobre hanseníase deve-se a descoberta de um novo caso dentro da unidade prisional. Por possuírem contato prolongado em condições hostis, a realidade da cadeia de Petrolina/PE desperta a inquietude e o temor nas mulheres quando são avisadas que alguma detenta é acometida por alguma doença, tornando-as receosas com a possibilidade de transmissão. Relacionado a esse contexto, as encarceradas que possuem algum comprometimento preferem não ser identificadas, mantendo a privacidade e o sigilo sobre a incapacidade da reclusa.

Diante dessa necessidade, a proposta de realizar ações sobre a grandeza da hanseníase e dar enfoque à valorização da tolerância e respeito às pessoas com a doença influencia no convívio entre as mulheres, uma vez que, como retratada por Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Dessa maneira, o engajamento dos acadêmicos para promover a compreensão de que o indivíduo com hanseníase não deve ser excluído

dos seus contatos sociais e que o tratamento evita a continuação do ciclo de transmissão evita o isolamento da pessoa.

Para gerar esse elo de confiança, a fim de que as detentas acreditassem nas mensagens repassadas pelos extensionistas e não ficassem intimidadas por se tratar de externos que desconhecem parcialmente a realidade vivenciada por elas, é essencial a criação de estratégias que facilitem a aproximação entre os acadêmicos e as reclusas, para isso a dinâmica intitulada como “E SE?”. A dinâmica foi elaborada pelo grupo com o objetivo de desinibi-las, o que estabeleceu um ambiente de interação e discussão, facilitando a troca de informações. Antes de iniciar a dinâmica apagaram-se as luzes e foi solicitado que as reeducandas fechassem os olhos, provocassem a respiração profunda e lentamente, imaginando em uma situação em que elas não tivessem a força e a destreza necessária para realizar as atividades diárias, sendo percebido que foi gerado grande impacto por elas acreditarem que as limitações dificultariam a manutenção dos seus hábitos de vida, desde cuidar de si até execução de tarefas complexas.

Posteriormente, foi introduzida a temática sobre hanseníase levando em consideração os conceitos formulados por elas quanto à doença, sendo interrogadas se já tiveram contato com alguém que convive ou conviveu com a hanseníase para que elas pudessem relatar quais características podem ser associadas à doença. Diante dessa proposta, os momentos de discussão e reflexão foram instaurados para que as mulheres compreendessem o conteúdo de maneira lúdica, causando a interação no grupo e vários questionamentos.

Nos momentos de debate, a relevância de interligar o assunto abordado com a realidade vivenciada pelas encarceradas provoca melhor compreensão, motivando o grupo de acadêmicos a conhecer sobre o cotidiano das mulheres para que pudesse expor as possíveis incapacidades que a doença pode causar. Seguindo esse raciocínio, a presença de uma reeducanda em tratamento poliquimioterápico facilitou a exemplificação e o entendimento, uma vez que os depoimentos retratados permitiram maior aprofundamentos da forma de transmissão, os sinais e sintomas e as limitações acarretadas pela hanseníase.

A finalização da atividade educativa sobre hanseníase ocorreu com a discussão sobre o conteúdo explanado e imagens projetadas para que as mulheres pudessem associar a teoria à identificação da doença. Destaca-se que a equipe ficou à disposição para que fossem retiradas as

dúvidas e para que as encarceradas pudessem relatar sobre o convívio externo à cadeia enfatizando os possíveis riscos.

Tal envolvimento de universitários na possível realidade de trabalho após o egresso da graduação, problematiza e desperta a necessidade de gerar profissionais capazes de transformar o campo em que irá atuar. A extensão universitária é um ensino vivo, o qual tem importante função no tripé de formação acadêmica por proporcionar a reflexão e a mudança nos sujeitos envolvidos, funcionando como uma potência formativa de saberes e de aprendizagem, uma vez que a troca mútua de conhecimentos entre o acadêmico e a população envolvida estabelece vínculos e permite que o graduando possa buscar na ciência o que é justificado pelo saber popular (RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017).

A importância da articulação entre a Universidade e as Instituições que colaboram para a aprendizagem acadêmica é reafirmada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que expõem a necessidade de preparar os profissionais para qualquer público e para os diferentes Sistemas de Saúde, principalmente para o sistema vigente no país, com o intuito de adequar o profissional de saúde à equipe e aos desafios enfrentados na modernidade (CHIESA et al., 2007). Em vista disso, as ações desenvolvidas pelos extensionistas contribui para essa associação, visto que o contexto prisional envolve desafios que permitem o enriquecimento profissional e humanístico a partir da promoção da saúde.

Nesse sentido, a atuação de acadêmicos em ambientes que o acesso à saúde é precário, representa a formação de um profissional de saúde preparado para contornar as dificuldades vigentes do sistema. A compreensão dos valores e ideologia de cada grupo populacional revela a necessidade de articular o saber científico com o saber popular para concretizar o processo de promoção da saúde. Com essa ótica, a população, através dos questionamentos, exerce importante papel na construção do profissional e de práticas sanitárias para o enfrentamento dos desafios e dos problemas de saúde (CHIESA et al., 2007).

Nessa perspectiva, aprender fazendo tem maior relevância que receber passivamente as informações. Assim, espera-se que a experiência de colocar em prática o conhecimento teórico sobre a hanseníase possa contribuir para o esclarecimento das detentas, possibilitando que as assistidas possam funcionar como vetores para a disseminação da informação, potencializando a desconstrução de estigmas relacionados à doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que o projeto de extensão, através de atividades educativas que usam o lúdico e o atraivo como ferramentas para a melhor absorção do conhecimento, possibilitou o esclarecimento das mulheres reclusas sobre a hanseníase e suas complicações, efetivando o direito à informação e aos serviços de saúde, fazendo com que este público se torne promotores da saúde em outros ambientes. Desse modo, a utilização de metodologias inovadoras e singulares facilitam os processos de promoção da saúde e prevenção de agravos na unidade prisional.

Ademais, a experiência no cenário da Cadeia Pública Feminina de Petrolina permitiu uma formação diferenciada aos extensionistas, uma vez que a visão das reais dificuldades enfrentadas pela população carcerária reflete a deficiência da aplicabilidade do Sistema Único de Saúde nas unidades prisionais, enfatizando a realidade extramuros da Universidade e provocando inquietações para a construção de profissionais que lutem, cada vez mais, pela melhora das condições como maneira de garantir qualidade de vida à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elioenai Dornelles; FERREIRA, Telma Leonel; FERREIRA, Isaias Nery. **Hanseníase: avanços e desafios**. 1ª ed. Brasília: NESPROM, 2014. 492 p.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de execução penal. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 11 de julho. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, a organização e o funcionamento dos serviços. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 20 de setembro. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Doenças negligenciadas: estratégias do Ministério da Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 1, p. 200-2002. 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis. **Guia prático sobre a hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p.

CARVALHO, Larisa de Sá; ROSAS, Lorena Maria Souza; WANDERLEY, Herydiane Rodrigues Correia; BARBERINO, Maiara Leite; FARIA, Marcelo Domingues de. Análise de completude das fichas de notificação da hanseníase, de residentes do município de Petrolina (PE), no período de 2011 a 2016. In: Congresso Brasileiro de Ciências de Saúde, 2., 2017, Campina Grande. **Anais eletrônicos**. Campina Grande: UEPB, 2017. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA7_ID1238_15052017234936.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CHIESA, Anna Maria; NASCIMENTO, Débora Dupas Gonçalves do; BRACCIALLI, Luzmarina Aparecida Doretto; OLIVEIRA, Maria Amélia Campos de; CIAMPONE, Maria Helena Trench. A formação de profissionais da saúde: aprendizagem significativa à luz da promoção da saúde. **Revista Cogitare Enfermagem**, v. 12, n.2, p. 236-240, abr./jun. 2007.

DUCATTI, Ivan; SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. A prisão em nome da saúde: o solamento compulsório em leprosários no Brasil de Vargas. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 9, n. 1, p. 144-160, 2017.

GOIS, S. M.; SANTOS JUNIOR; O. H.; SILVEIRA, M. D.; GAUDÊNCIO, M. D. Para além das grades e punições: uma revisão sistemática sobre a saúde penitenciária. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 5, p. 1235-1246, 2012.

HELPEES, Sintia Soares. **Vidas em jogo**: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico. 2014. 194f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

MINZON, Camila Valéria; DANNER, Glaucia Karina; BARRETO, Danielle Jardim. Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto. **Akrópolis- Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 71-81, jan./mar. 2010.

Mistura, Claudelí; SILVA, Raquel Caroline Carneiro da; VIEIRA, Michelle Christini Araújo Vieira; LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e; JACOBI, Caren da Silva; CARVALHO, Maria de Fátima Alves Aguiar. Prevenção à hanseníase em unidades prisionais: relatando a experiência de atividades extensionistas. **Revista de enfermagem UFPE online**, Recife, v. 9, n. 5, p. 7967-7973, maio. 2015.

MOREIRA, Michelle Araújo; SOUZA, Hozana Santos. Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 219-227, 2014.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; PONTES, Verônica Maria de Araújo; SILVA, Etevaldo Almeida. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 13 n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SERES. Secretaria Executiva de Ressocialização. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado de Pernambuco. **Unidades Prisionais, Cadeias Públicas**. Disponível em: <<http://www.seres.pe.gov.br/definicao/unidade.html>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SOUZA, Maria Cristina Almeida de; MENDONÇA, Marcos Antônio; COSTA, Elisa Maria Amorim da; GONÇALVES, Sebastião Jorge da Cunha; TEIXEIRA, José Carlos Dantas; ALMEIDA JÚNIOR, Eduardo Herrera Rodrigues de; CÔRTEZ JÚNIOR, João Carlos de Souza. O Universitário Transformador na Comunidade: a Experiência da USS. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 2, p. 269 – 282, 2014.